

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL: DESAFIOS ESTRUTURAIS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

RESUMO

A Questão Social indica a existência de mazelas estruturais que atingem a classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo. Tomada pelo Serviço Social como objeto de intervenção profissional, a proposta deste trabalho é analisá-la a luz da correlação de forças presente no modo de produção capitalista. Em particular os desafios estruturais presentes no atual contexto para o exercício profissional de assistentes sociais. É uma pesquisa de cunho teórico através de levantamento bibliográfico.

Palavras-chave: Capitalismo Contemporâneo, Questão Social, Serviço Social.

INTRODUÇÃO

O presente texto retoma os fundamentos históricos e teóricos da gênese da chamada questão social. Assim, a proposta é apreender as bases materiais que possibilitam compreender as manifestações da questão social e como seu desenvolvimento é indissociável na sociedade capitalista.

As aproximações ao debate sobre a questão social se relacionam intimamente com a pesquisa intitulada, Leituras Contemporâneas sobre o “Pauperismo” e a “Questão Social”.

Através das leituras e reflexões foi possível desvendar o processo de produção e reprodução do capital e suas determinações na gênese das manifestações da questão social. Em contato com os clássicos da teoria social crítica, como Marx e Engels, foi possível elaborar, a partir de análise crítica, a fundamentação e o processo de estudos para esta discussão. Além disso, o contato com os referenciais teóricos do Serviço Social brasileiro possibilitaram investigar quais os principais rebatimentos da atual fase de desenvolvimento do capitalismo sobre a classe trabalhadora.

Para Santos (2012), entender a questão social é, de um lado, compreender a relação capital-trabalho e, por outro, entender as lutas sociais protagonizadas pelos

trabalhadores mediante a produção e reprodução do capital. Neste sentido, se estabelece um amplo antagonismo e necessita ser investigado as diversas “formas de ser” da questão social, enquanto um fenômeno singular e universal, fundamentado nas relações de exploração do trabalho na constituição da vida social.

1 QUESTÃO SOCIAL – APROXIMAÇÕES E MANIFESTAÇÕES DAS SUAS MÚLTIPLAS EXPRESSÕES.

A chamada “questão social” indica a existência de problemas vivenciados coletivamente e afeta a classe trabalhadora de modo geral. No entanto, é importante destacar que ela não se instaura com o início do modo de produção capitalista, mas é nesta forma de sociabilidade que ela assume características que aprofundam ainda mais as diversas expressões e estas se colocam enquanto desafios estruturais para o serviço social contemporâneo.

As discussões recentes que envolvem a questão social no Serviço Social brasileiro, são, para Netto (2001), ponto incontornável e praticamente consensual no interior da categoria profissional. Suas expressões constituem objeto de investigação teórica e intervenção prática de assistentes sociais.

Diante disso, é necessário enfatizar a importância de abordar o tema impondo-se contra a generalização do mesmo, e, neste sentido, tratar a questão social sem generalizá-la é um desafio, pois, o desvelar das suas manifestações depende de um contexto adverso no interior da estrutura social que, através de abordagens conservadoras naturalizam o capitalismo e suas contradições que emanam através de um estruturado discurso político-ideológico, o qual contribui para o embaraço no entendimento do que de fato é a questão social.

Fundamentalmente, o discurso sobre as expressões da questão social tem por objetivo legitimar ou compensar as desigualdades, reduzindo-as a uma visão assistencialista e “naturalizada”.

Entretanto, pode-se compreender que a reprodução da questão social e de suas expressões é intrínseca ao desenvolvimento das forças produtivas, conforme sinaliza Netto,

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’- diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua

existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante (NETTO, 2001, p.45).

Nessa ótica, em sua gênese, a questão social é uma das manifestações do processo de produção e reprodução estrutural da sociedade capitalista. Advinda das transformações ocorridas com o processo de industrialização na Europa no século XIX, caracteriza-se como lugar e o tempo de emergência das expressões da questão social.

Segundo Santos(2012), a forma histórica do capitalismo no século XIX protagonizado pela grande indústria, impulsionou desdobramentos no processo de intensificação da divisão social do trabalho.

Era flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, fome, baixos salários (SANTOS, 2012, p.37).

O processo que provocou as condições necessárias para instalar a pobreza e as demais expressões que se configuram como questão social, pode ser compreendido a partir da subalternidade da classe trabalhadora aos mecanismos de exploração determinados pelas relações constitutivas à ordem do capital, uma vez que a questão social é determinada pela relação capital/trabalho.

Esse marco na conjuntura sócio-histórica, para Netto(2001), intensificou um quadro antagônico, onde, à medida que se consolidava a capacidade social de produzir riqueza, bens e serviços, mais aumentava o contingente de membros despossuídos de condições materiais para garantia da subsistência.

Na descrição de Engels, podemos localizar algumas das manifestações imediatas da questão social. Fundamenta-se, através da perspectiva do autor, a inevitável característica da ordem social estabelecida. Frente ao desenvolvimento da propriedade privada dos meios de produção, essas expressões são agudizadas e são incorporadas pelo imenso contingente que detêm apenas sua força de trabalho.

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que o ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para manter vivo, se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia (ENGELS, 2010,p.69)

A questão social, assume, diante das progressivas mudanças da ordem societária, diversas conotações. À medida que se alteram as relações entre capital e trabalho há o acirramento dessas expressões e, junto disso, a potencialização das contradições

iminentes ao sistema capitalista.

Tais contradições que perpassam a lógica do capital impõem mudanças frente ao quadro de crise do sistema de superprodução, as quais impulsionam o movimento de reconstrução do padrão de acumulação. Os rebatimentos desse processo culminam em modificações nas suas relações e por sua vez refletem na progressiva precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

Diante da precariedade das condições de vida da classe trabalhadora, é importante destacar as repercussões ocorridas no curso do século XIX . Segundo Santos(2012), houve a ocorrência de inúmeros protestos de diferentes segmentos no interior da classe trabalhadora. A predominância desse fenômeno nos países da Europa ocidental revela o reconhecimento do protagonismo assumido pela classe trabalhadora no enfrentamento da chamada questão social. A emergência do proletariado na cena política explicita o caráter histórico das relações sociais existentes e o antagonismo entre as classes.

Frente à pressão das “classes subalternas”, o capital, valendo-se da intervenção da esfera estatal, se reconfigura. Para Pereira(2001), por exemplo, o destaque das mudanças sociopolíticas através da incorporação das demandas da classe trabalhadora na agenda pública, configuram um novo caráter na dominação capitalista.

Atendendo a parte das reivindicações da classe trabalhadora, a subordinação de uma classe sobre a outra permanece, ao mesmo tempo que o âmago de reprodução das mazelas sociais permanece intocado. Segundo Netto(2001), através de um ideário reformista, há a diminuição do agravante dessas expressões, por meio de medidas políticas que intervêm de maneira limitada e focalizada, com intenção de amenizar a urgência das manifestações da questão social e conseqüentemente desmobilizar as lutas sociais, culminando na dificuldade em reconhecer os problemas sociais como advindos da ordem econômica-social.

Pereira(2001) reforça essa análise ao considerar que o efetivo reconhecimento da questão social advém deste embate político que é determinado pelas contradições iminentes da relação capital - trabalho. Contudo, o enfrentamento dessas questões por parte do Estado teria como caráter minimizá-las e reduzi-las, sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa.

Assim, é nesse contexto que se pode explicar a emergência do Serviço Social como profissão institucionalizada pelo Estado, ou seja, as mudanças na ordem econômica e social ocorridas no decorrer do Século XX, requisitou a incorporação da categoria profissional de Assistentes Sociais na divisão sócio técnica do trabalho, devido a necessidade social de intervenção nas manifestações da questão social. Dentro desta

perspectiva, a atuação do Serviço Social consistiria, principalmente, na identificação do conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais, culturais), tanto do capital, quanto do trabalho. A intervenção nessa dualidade apresentava, pois, como foco, mediar respostas às mazelas estruturais da questão social advindas da ordem capitalista.

Segundo Netto(2001), o Estado têm sua intervenção político-prática na questão social através de uma ação moralizante, com base nos ideais conservadores, tendo por objetivo preservar a propriedade privada dos meios de produção.

Diante disso, para suprimir as próprias mazelas cíclicas da ordem social vigente, a resposta sócio-política engendra a dinâmica que cada vez mais reflete a hipertrofia da esfera de produção. Isso se faz justificando as mazelas sociais, através do discurso que naturaliza a subordinação de uma classe sobre outra, ou ainda, concedendo intervenções focalizadas nas expressões da questão social, objetivando manter a ordem e conciliação entre as classes. Conforme aponta Pereira,

Foi o caso do desemprego, usado como componente-chave para debilitar, entre outros, os sindicatos. Com esse expediente foi possível manter os trabalhadores em permanente estado de tensão e de aceitação de todo tipo de precariedade laboral e de sobrevivência (PEREIRA, 2021,p.40).

As novas configurações assumidas pela ordem do capital a partir dos anos 1970, antes que aportar novas respostas à chamada questão social, aprofundam as mazelas da ordem social capitalista. Tem-se, por exemplo, a explosão do desemprego e o avanço da precarização jurídica das condições de trabalho, com supressão de direitos advindos das lutas dos trabalhadores no período anterior. No que concerne ao Serviço Social, se torna ainda mais evidente os impactos da nova configuração socio-histórica do capital. Ocorrem para os profissionais no setor Estatal, campo tradicional de atuação de assistentes sociais, a fragilização das políticas sociais garantidoras de direitos, impostas pelo ideário neoliberal, que altera profundamente as responsabilidades antes inerentes à esfera pública, aliada à intervenção sob a agudização das expressões da questão social.

O agravamento da questão social diante da consolidação do ideário neoliberal e das crises cíclicas ou periódicas do capitalismo mundial assume no cenário contemporâneo diferentes contornos. É diante dessas condições históricas reais que se manifestam as diversas expressões da questão social, o que repõe em novo nível a necessidade de respostas que enfrentem as relações de exploração presentes na lógica do capital. Respostas estas que constituem desafios estruturais para o serviço social conforme abordaremos a seguir.

2. QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS ESTRUTURAIS

Como discutido anteriormente, a realidade social contemporânea se estabelece em uma conjuntura de aprofundamento intenso das contradições produzidas pelo processo sócio-metabólico do capital (MÉSZAROS, 2001). Em sua complexidade, a prevalência do ideário neoliberal neste estágio do capitalismo estabelece para o Serviço Social novos desafios para a intervenção profissional, e exige uma redefinição nos parâmetros teóricos, metodológicos, éticos e políticos.

Como assinala Netto(1996), a medida que o capital se vê compelido a encontrar alternativas para as crises advindas da dinâmica de reprodução, novos processos visando reajustar a ordem, deflagram novas tensões e colisões, construindo a contextualidade em que se desenvolvem as transformações societárias.

É absoluto o reconhecimento das transformações no mundo do trabalho e suas implicações na produção e reprodução da questão social. Destarte, o capitalismo em seu cenário mundial impõe, hoje, uma profunda e ampla fragilização da classe trabalhadora, cuja finalidade é a reorganização produtiva, mesmo que para isso seja necessário operacionalizar com a defesa de um estado mínimo para o investimento social além da redução das funções do Estado na área social.

O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação flexível, reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alternando o mercado de trabalho, seja alternando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação [mais 'flexíveis'; do tipo 'emprego precário'] seja criando novas estratificações entre os que trabalham [sexo, idade, cor, etnia] (NETTO, p.92,1996).

Configura-se, assim, os paradigmas de uma nova lógica na ordem do capital. É inerente ao modo de produção seu caráter concentrador de renda, riqueza e propriedade. Tendência que se aprofunda no âmbito das garantias sociais com a implementação do ideário neoliberal e seu potencial social restritivo. Esses fatores têm seus rebatimentos no atual cenário de agravamento das múltiplas expressões da questão social assinalando o acirramento das desigualdades sociais, tornando-se latentes a segregação social promovida com o aval do Estado.

Estes são desafios potencializados pela predominância do período neoliberal e cabe mencionar as implicações do complexo movimento de "flexibilização", uma das características elementares na ordem vigente do capital.

Faz parte desse quadro em nível mundial o aumento, sem precedentes, do desemprego decorrente da adoção das novas tecnologias poupadoras de mão de

obra, aprofundando o fosso que separa não só esses dos empregados, mas, entre esses últimos, os que ocupam postos de trabalho com melhores remunerações e aqueles que têm seus contratos terceirizados ou temporários(SANTOS,2012,p.184).

Esse movimento incide diretamente na segurança social da classe trabalhadora. Para Netto(1996), o cenário neoliberal estabelece uma miríade de segmentos desprotegidos, se constituindo como uma "não sociedade" ou uma "contra-sociedade".

Tais segmentos compreendem universos heterogêneos, desde aposentados com pensões miseráveis, crianças e adolescentes sem qualquer cobertura social, minorias e/ou migrantes, doentes estigmatizados [recorde-se a situação de aidéticos pobres], até trabalhadores expulsos do mercado de trabalho [formal e informal] (NETTO, 1996, p.96).

Salienta-se que, a este cenário se agrega o contingente de pessoas em situação de rua, ou seja, uma parcela de potenciais trabalhadores sem remuneração, o que no cenário contemporâneo é tema frequente de investigação e debate.

Segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o número estimado de pessoas que compõe a população em situação de rua no Brasil ultrapassa atualmente o marco de 281 mil, a pesquisa realizada entre 2012 e 2022 revela um crescimento de 211%.

Além disso, os dados divulgados pelo IBGE em 2023 sobre os trabalhadores em situação de trabalho informal, contabiliza um número estimado de 39% no país, agravando esse quadro, o número de pessoas desempregadas atualmente é de 9,4 milhões.

Essas manifestações da questão social demarcam que não se alicerça apenas nas crises, tensões, riscos, vulnerabilidades, discriminações. Elas se acirram, segundo o que observa Pereira (2001), diante do estágio mais maduro e conflituoso do antagonismo entre as classes.

Portanto, não ocasionalmente para salvaguardar a crise do modo de produção, a ascensão da ideologia da classe dominante estabelece o foco do seu discurso para o âmbito político, deslocando o Estado como gerador das crises ou ainda, individualizando e responsabilizando a classe trabalhadora.

Estes rebatimentos são a expressão máxima de reivindicação e consolidação dos direitos sociais, que, além de incidir sobre as expressões da questão social de forma cada vez mais pontual e focalizada, reduz investimentos que seriam essenciais para adequar o papel do Estado diante do aprofundamento das expressões da questão social caracterizando as ações estatais de acordo com as determinações de cunho neoliberal presentes no momento contemporâneo.

Nesta perspectiva, o potencial emancipatório da classe trabalhadora no capitalismo

se encontra frequentemente fragilizado e comprometido na medida em que há a predominância do movimento de dessindicalização, assim como o surgimento de novos movimentos sociais que demandam novos direitos, onde não se comportam instâncias políticas capazes de universalizar e articular a pluralidade de interesses da classe trabalhadora.

Se, anteriormente, no cenário internacional os princípios de pleno emprego e igualdade eram norteadores para a intervenção do Estado sobre as expressões da questão social, após a ascensão do capitalismo em sua fase neoliberal, na década de 1970, com o imperativo da superação das crises cíclicas, “a fragmentação da classe trabalhadora a partir da fragilização de seus vínculos empregatícios é notável, enfraquecendo os mecanismos sindicais [...]”(SANTOS p.184”).

Esse movimento de erosão e desqualificação sócio-política, contribui para um bem estruturado projeto societário, que contém e reverte avanços sociais para priorizar a configuração das relações de exploração do capital.

Entretanto, mesmo que através de progressivas melhoras para os direitos dos trabalhadores não assinale a ausência das relações de exploração, reiteramos que a ideologia neoliberal impõe obstáculos estruturais para os avanços sociais sob a defesa de “liberar a acumulação [capitalista] de todas as cadeias impostas pela democracia” (NETTO,1997,p.100).

Trata-se de um cenário complexo, em que o capital sob a perspectiva neoliberal tenciona a realidade social no sentido de reduzir os direitos sociais alcançados historicamente pela classe trabalhadora. Nesta compreensão e dentro do contexto de crise capitalista, tem-se implicações desastrosas para as políticas sociais mediante a redução do Estado.

Pereira(2001), revela alguns dos principais rebatimentos desta lógica para a classe trabalhadora, ao situar que os postos de trabalho ganham um caráter informal, com tarefas incertas, e pouca remuneração, pouco aprendizado que, conseqüentemente gera um estado de sofrimento e insegurança social.

Essa condição de subemprego e a agudização do desemprego estrutural, se tornam flagrantes devido a globalização ou, na perspectiva de Santos (2012), se naturaliza devida a exigência da superexploração da força de trabalho para o ingresso na lógica do capital internacional. O que revela as determinações para a adoção da lógica neoliberal tão presente no cenário atual.

Esse contexto de crise estrutural, caracterizado pelo aprofundamento das mazelas sociais e impulsionado pela fase neoliberal com o colapso das políticas sociais, ecoa

sistematicamente transformações nos processos interventivos do Serviço Social.

Netto(1997), constata que as contrarreformas do Estado direcionam-se para a destruição das políticas sociais, o que significa a redução dos espaços de inserção profissional, além do redimensionamento das funções profissionais diante da limitação do Estado.

Nesta lógica, entende-se que as medidas empreendidas pelas reformas neoliberais estabelecem como orientação nas ações do Estado capitalista a mercantilização da proteção social institucional. Para além desses elementos, as repercussões das agendas Neoliberais para as políticas sociais se operacionalizam em uma privatização seletiva das políticas sociais.

O apelo às 'iniciativas da sociedade civil'- tomada abstratamente, supra-classistamente- recobrando a desresponsabilização do Estado em face de sequelas da questão social mediante a convocação de 'parcerias', é perfeitamente compatível com o esvaziamento da efetividade da cidadania: no mesmo andamento em que se desregulam e se flexibilizam direitos sociais consagrados constitucionalmente, a 'cidadania' serve como palavra-de-ordem [...] (NETTO,1997,p.122).

Ou seja, as políticas sociais com alguma possibilidade de exploração lucrativa são diretamente retiradas da responsabilidade estatal, ou em medidas mais capciosas, estas políticas sociais são precarizadas a fim de poupar o fundo público para a parceria privada. Essa dinâmica é ainda salvaguardada por uma ideologia que responsabiliza os indivíduos, tanto pelos problemas sociais em que estão inseridos, quanto pela resposta que darão a estes.

Ainda que nesta dinâmica social as manifestações da questão social estejam estruturadas, compreendemos a importância de assegurar à classe trabalhadora as condições necessárias para a reprodução da vida social. Entretanto, buscando a dissolução desta lógica que fomenta a prevalência da questão social, segundo Netto(2001), para além da permanência das expressões tradicionais da questão social, a emergência das novas expressões da questão social são insuprimíveis sem a supressão da ordem do capital.

Mas, tudo o que conhecemos acerca da sociedade dos homens nos garante a inviabilidade da perenização da ordem do capital. A história é uma matrona cheia de ardis, não nos enganemos: o que parece sólido se desmancha no ar. Não há garantias prévias da derrota da barbárie - e, por isto mesmo, o futuro permanece aberto. (NETTO, 2001, p.49).

Tendo a questão social como objeto que direciona o sentido da profissão do Serviço Social, para Netto(2001), o não esgotamento da questão social significa um

terreno de permanência para a atuação profissional do Serviço Social, considerando as contradições e antagonismo que permeiam esta sociabilidade bem como a profissão.

Entretanto, dialogando com a intensidade dialética à qual compõe o atual cenário, constitui grande desafio na visão de Netto (1997), quanto as respostas profissionais às demandas do mercado de trabalho na atual fase neoliberal.

Quanto à resposta às demandas do mercado, nem mesmo os adeptos do Serviço Social mais “alternativo” podem hoje ignorá-las: Porque, com efeito, a própria determinação das demandas do mercado de trabalho, em si mesma, é problemática (NETTO, 1997, p.123).

Compõe-se desta forma, amplas determinações que originam-se na relação capital-trabalho e tem seus diferentes desdobramentos para a realidade social. Ainda segundo Netto(1997), os desafios envolvendo a divisão sócio técnica do trabalho, seja em níveis de conhecimento , modalidades de formação e de práticas, ou sistemas institucionais-organizacionais fomentam os dilemas contemporâneos para o reconhecimento dos diversos segmentos da classe trabalhadora como um bloco hegemônico dentro desta lógica.

É diante desta conjuntura que a questão social é incorporada pelas transformações societárias e ganha assim, diversas conotações ou particularidades. Na perspectiva de Netto(1997), a dinâmica não perde de vista a inscrição história, as expressões da questão social são compreendidas no interior das inflexões do movimento do capital que porta o complexo de contradições, possibilidades e limites.

Diante desta fragmentação, o distanciamento do reconhecimento do conjunto da sociedade como classe também configura desafio estrutural para a superação das manifestações da questão social. Sob a possibilidade de que a sociedade se apodere do desafio de organização como classe trabalhadora, ocupando os espaços institucionais com orientação às ações políticas capazes de frear o discurso conservador vigente.

Mas, a concretização deste cenário perpassa diretamente sobre a atual vertente ideológico-política, que está muito além dos controles e das capacidades de intervenção do Serviço Social. Diante disso, Netto(1997), direciona uma possibilidade para a superação destes desafios.

Somente uma perspectiva teórico-crítica que permita apreender o movimento histórico que se contém nas transformações societárias em curso e a negatividade que ela comporta, perspectiva vinculada a um projeto social anticapitalista sem vincos utópico românticos, pode assegurar que os componentes socioeconômicos emancipadores que a cultura profissional recentemente abrigou sejam potencializados e atualizados

(NETTO,1997,p.128).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se hoje, nesse quadro de crise, numa conjuntura adversa que tem frequentemente sinalizado não apenas para retrocesso em larga escala dos direitos trabalhistas, mas para a manutenção da exploração da força de trabalho. Desse modo, o que se coloca como desafio para o Serviço Social está vinculado na tensão entre as mudanças globais na esfera produtiva da ordem do capital e o acirramento da exploração com a prevalência do ideário neoliberal.

Reitera-se a consideração introdutória deste texto que têm pertinência estratégica do fato de a questão social não deve ser naturalizada, tal como se coloca hoje, através da legitimação do discurso neoliberal. Com isso, quer se dar a devida importância ao processo de “politização” das expressões da questão social que perpassa o domínio do econômico e transforma a ótica dessas mazelas intrínsecas a ordem do capital.

Nesta ótica, se constitui como desafio necessário para o Serviço Social contemporâneo o enfrentamento do atual modelo de reprodução das relações sociais que, impulsionado por uma ideologia de precarização da vida social e destituição dos espaços sócio ocupacionais, fomenta a reprodução e acirramento das manifestações da questão social.

Há ainda o reconhecimento e defesa do Serviço Social como parte constitutiva do conjunto da classe trabalhadora e nesta relação, compreende-se que os obstáculos em ocupar os espaços institucionais como espaço profissional implica na consequência latente na atual fase de desenvolvimento capitalista com a ideologia neoliberal, que ampara a intensificação da precariedade das condições de trabalho independentemente de quais sejam os segmentos da classe trabalhadora.

Portanto em consonância a isso, destaca-se que para além da retração do Estado na intervenção sobre as expressões da questão social, constitui-se como cerne dos desafios para a supressão destas mazelas o próprio modo de produção vigente e a busca por alternativas que visem superá-lo.

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich 1820-1895. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra / Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto - [Edição revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010.

IBGE. Desemprego. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

Acesso em: 18 de maio 2024.

IPEA. População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em: 18 de maio de 2024.

MESZARÓS, István. Para além do Capital : rumo a uma teoria da transição – tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1. ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da Questão Social. In: Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS. Ano II:, nº3- Janeiro a Junho de 2001. p.41-50.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectivo da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social e sociedade nº50. São Paulo: Cortez, Abr/1997, pp. 87-132.

PEREIRA, Potyara A. Questão social, Serviço Social e a proeminencia das desigualdades antagonizadas. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 31-43, jul./dez. 2021.

PEREIRA, Potyara A. Questão Social, Serviço Social e direitos de cidadania . -ABEPSS.ANO II; nº3-Janeiro a Junho de 2001.p.51-61.

SANTOS, Josiane Soares. Questão social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez editora, 2012.